



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

AGLEICE ALBUQUERQUE QUEIROZ

**A CONCEPÇÃO DE DEFICIÊNCIA PARA OS DISCENTES DO CURSO DE
PEDAGOGIA DA UEPB: UM ESTUDO COM OS ALUNOS DO 5º PERÍODO**

**Campina Grande - PB
2017**

AGLEICE ALBUQUERQUE QUEIROZ

**A CONCEPÇÃO DE DEFICIÊNCIA PARA OS DISCENTES DO CURSO DE
PEDAGOGIA DA UEPB: UM ESTUDO COM OS ALUNOS DO 5º PERÍODO**

Trabalho de Conclusão de Curso TCC
apresentado ao Departamento de Educação do
Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da
Paraíba – UEPB, em cumprimento à exigência
para obtenção do grau de licenciatura em
Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Gomes Onofre

Campina Grande-PB
2017

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

Q3c Queiroz, Agleice Albuquerque.

A concepção de deficiência para os discentes do curso de pedagogia da UEPB [manuscrito] : um estudo com os alunos do 5º período / Agleice Albuquerque Queiroz. - 2017.
43 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2017.

"Orientação : Prof. Dr. Eduardo Gomes Onofre, Coordenação do Curso de Pedagogia - CEDUC."

1. Deficiência. 2. Educação inclusiva. 3. Formação de professores.

21. ed. CDD 371.9

AGLEICE ALBUQUERQUE QUEIROZ

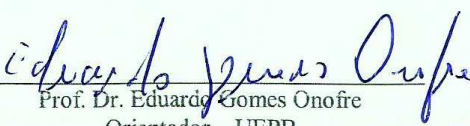
**A CONCEPÇÃO DE DEFICIÊNCIA PARA OS DISCENTES DO CURSO DE
PEDAGOGIA DA UEPB: UM ESTUDO COM OS ALUNOS DO 5º PERÍODO**

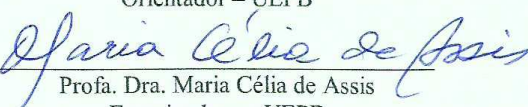
Trabalho de Conclusão de Curso TCC
apresentado ao Departamento de Educação do
Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da
Paraíba – UEPB, em cumprimento à exigência
para obtenção do grau de licenciatura em
Pedagogia.

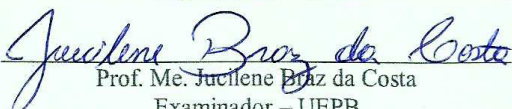
Orientador: Prof. Dr. Eduardo Gomes Onofre

Aprovada em: 07 / 12 / 2017

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Eduardo Gomes Onofre
Orientador – UEPB


Prof. Dra. Maria Célia de Assis
Examinadora – UEPB


Prof. Me. Juilene Braz da Costa
Examinador – UEPB

Campina Grande
2017

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus pelo dom da minha vida. Tudo só foi possível porque sempre se mantiveste ao meu lado, Senhor. Não tenho dúvidas que foi tudo por Tua permissão. Sempre estiveste comigo, me guiando e me preparando, seja para os momentos difíceis ou para os momentos de vitória.

Aos meus pais Orlando Bezerra Queiroz (em memória) e Maria do Socorro Albuquerque Queiroz, que me instruíram e foram sempre meu porto seguro. Obrigada por tudo!

Agradeço ao professor Dr. Eduardo Gomes Onofre, por aceitar a missão de me orientar, pois sabemos o quanto sua vida é corrida, sou imensamente grata pela paciência e por todo o aprendizado ao longo da realização do meu trabalho.

À professora Maria Célia de Assis pela colaboração e atenção que me deu a todo o momento.

Agradeço também a Professora Jucilene Braz da Costa por aceitar o convite em participar deste momento, muito obrigada!

Aos alunos participantes da pesquisa, agradeço pela atenção e disponibilidade, vocês foram muito importantes para essa investigação. Obrigada pela confiança.

A todos que participaram diretamente ou indiretamente, obrigada, pelo carinho e apoio, pois sem a ajuda de cada um de vocês este momento não teria sido possível.

Dedico

A minha família,

Ao meu namorado e,

a todos os meus amigos.

*Tanto as mentes quanto os corpos saudáveis podem estar aleijados.
O fato de que pessoas “normais” possam andar, ver e ouvir não significa
que elas estejam realmente vendo ou ouvindo.
Elas podem estar completamente cegas para as coisas
que estragam sua felicidade, totalmente surdas
aos apelos de bondade de outras pessoas...
Erving Goffman*

RESUMO

Sabe-se que a educação inclusiva é um desafio para as escolas brasileiras e, principalmente, para os professores, tendo em vista que esse processo de inclusão do aluno com deficiência no ensino regular exige muito mais qualificação profissional e motivação dos educadores. Em vista disso, esse trabalho se propôs a apresentar a concepção de deficiência para os discentes do curso de pedagogia do 5º período noturno, da Universidade Estadual da Paraíba-UEPB, localizada em Campina Grande-PB. Dessa maneira, a presente pesquisa tem por objetivo analisar a compreensão de deficiência para os alunos que estão em formação inicial, a partir da aplicação de um questionário. Então, a metodologia é de abordagem quanti-qualitativa, haja vista que para a coleta dos dados utilizou-se do questionário, previamente pensado e estruturado. Desse modo, o estudo foi consolidado através da análise descritiva das respostas dos participantes envolvidos na investigação. A fundamentação teórica foi mediada com o apoio da Declaração dos Direitos Humanos (1948), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), Lei Brasileira de Inclusão (2015) e dos autores: Diniz (2007), Freire (2011), Stainnback; Stainnback (1999), Goffman (2004), Stubbs (2008), Ferreira (2009), dentre outros. Os resultados do trabalho apontam que as concepções de deficiência para os alunos em formação inicial estão fortemente marcadas por discursos que minimizam a pessoa com deficiência. Percebe-se, também, que os estudantes do curso de pedagogia estão desacreditados da proposta de educação para todos. Desse modo, a educação inclusiva se apresenta como um grande desafio para as escolas brasileiras e, sobretudo, para os professores.

Palavras-chave: Deficiência. Educação inclusiva. Formação inicial de professores.

ABSTRACT

It is known that inclusive education is a challenge for Brazilian schools and especially for teachers, considering that this process of inclusion of students with disabilities in regular education requires much more professional qualification and motivation of educators. In view of this, this work proposed to present the concept of disability for the students of the pedagogy course of the 5th night period, of the State University of Paraíba-UEPB, located in Campina Grande-PB. Thus, the present research aims to analyze the understanding of disability for students who are in initial training, from the application of a questionnaire. Therefore, the methodology is a quanti-qualitative approach, given that the data collection was done using the questionnaire, previously thought out and structured. Thus, the study was consolidated through the descriptive analysis of the responses of the participants involved in the research. The theoretical foundation was mediated with the support of the Declaration of Human Rights (1948), the Law of Guidelines and Bases of National Education (1996), the Brazilian Inclusion Law (2015) and the authors: Diniz (2007), Freire (2011), Stainnback; Stainnback (1999), Goffman (2004), Stubbs (2008), Ferreira (2009), among others. The results of the study indicate that the conceptions of disability for the students in initial formation are strongly marked by discourses that minimize the person with disability. It is also noticed that the students of the course of pedagogy are discredited of the proposal of education for all. In this way, inclusive education presents itself as a major challenge for Brazilian schools and, above all, for teachers.

Keywords: Disability. Inclusive education. Initial teacher training.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	13
2.1 Deficiência: Discutindo conceitos.....	13
2.2 Educação especial na perspectiva inclusiva: o que dizem as diretrizes.....	17
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	21
3.1 Caracterização da pesquisa.....	21
3.2 Instrumento da pesquisa.....	22
3.3 Cenário e participantes da pesquisa.....	22
3.4 Análise e interpretação dos dados.....	22
4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	24
4.1 Contato profissional com pessoas com deficiência.....	24
4.2 A compreensão da deficiência.....	25
4.3 A interação social de pessoas com deficiência no ensino regular.....	28
4.4 A compreensão de educação inclusiva.....	29
4.5 A importância da inclusão dos alunos com deficiência no ensino regular.....	31
4.6 A importância do Componente Curricular Educação Especial na formação inicial.....	33
4.7 A exclusão escolar das crianças com deficiência.....	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
REFERÊNCIAS	39
APÊNDICE	42
APÊNDICE A: QUESTIONÁRIO	43

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso se propõe a analisar como os professores em formação inicial compreendem a deficiência, tendo em vista que esse educador em breve estará atuando como docente e será convocado – como uma das figuras principais – a assumir a proposta da Educação Inclusiva. Necessariamente, deverá se desprender de preconceitos enraizados socialmente e, conseqüentemente, das visões limitadas que tal preconceito provoca para, assim, poder enxergar na pessoa com deficiência suas capacidades de aprendizagem.

A relevância do estudo justifica-se pelo fato de a educação inclusiva ser um desafio para as escolas brasileiras e, principalmente, para os professores, tendo em vista que esse processo de inclusão do aluno com deficiência no ensino regular exige muito mais qualificação profissional e motivação dos educadores. Sendo eu, aluna do curso de pedagogia e, conseqüentemente, futura educadora, sou convidada a abraçar a causa da educação para todos. É inquietador observar que muitos pedagogos recém-formados ou aqueles que ainda estão em formação, não acreditam no sucesso dessa iniciativa, uma vez que se sentem temerosos e desacreditados no potencial de alunos com deficiência, visto que rotulam esta característica como defeito irreparável ou até mesmo como incapacidade. Convicções como essas supracitadas, são utilizadas como argumentos para o exílio de pessoas que apresentam algum tipo de deficiência.

Diante do exposto, a questão da presente pesquisa é: Qual conceito os alunos do curso de pedagogia da UEPB têm sobre deficiência? Tal questionamento abre um leque de reflexões a respeito da importância que o Componente Curricular Educação Especial tem para o curso de Pedagogia, sobretudo, para os docentes em fase de formação, a qual tem o papel de mediar e tornar o docente (em formação) apto, qualificado para as novas demandas da escola.

Esse trabalho justifica-se pela importância de refletir sobre a concepção de deficiência por parte dos docentes em formação, tendo em vista que quando formados e exercendo a profissão possam está aptos e preparados para realizar ações inclusivas de crianças com deficiências, dando-lhes o direito a aprendizagem de qualidade como qualquer outra criança.

Nessa perspectiva, objetivamos analisar a compreensão de deficiência para os alunos do 5º período do curso de pedagogia. A partir desse objetivo geral, especificamo-nos em: identificar o que pensam os alunos a respeito da Educação Inclusiva; refletir a importância do Componente Curricular Educação Especial ofertado pelo curso de Pedagogia para a reflexão de conceitos e para a valorização do processo de inclusão.

A pesquisa encontra-se organizada da seguinte maneira: no primeiro momento, apresentamos a fundamentação teórica, na qual contemplamos os conceitos e concepções de deficiência, educação Inclusiva e estigmas. Na segunda parte, os aspectos metodológicos com a caracterização dos participantes da pesquisa, o método de coleta dos dados e os procedimentos para sua análise. No terceiro momento, desenvolvemos a análise dos nossos dados (questionário aplicado com docentes em formação), bem como analisados, a fim de percebermos qual a concepção de deficiência para esses futuros educadores. Na última parte, nossas considerações finais, trazendo as ideias sintetizadas da análise e de todas as reflexões desenvolvidas durante o nosso trabalho.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 DEFICIÊNCIA: DISCUTINDO CONCEITOS

Estigmas, inclusão, exclusão, oportunidades igualitárias, respeito e valorização das diferenças existentes, são termos que se entrelaçam no diálogo sobre “deficiência”. Diniz (2007) compreende a complexidade do conceito dado à palavra deficiência, mas reconhece neste, a importância para eliminar as diversas formas de opressão do corpo.

Deficiência é um conceito complexo que reconhece o corpo com lesão, mas que também denuncia a estrutura social que oprime a pessoa deficiente [...] os estudos sobre deficiência descortinaram uma das ideologias mais opressoras de nossa vida social: a que humilha e segrega o corpo deficiente. (DINIZ, 2007, p. 9-10)

A autora esclarece que a definição de deficiência mesmo sendo complexa assume o papel de denuncia, uma vez que revela uma sociedade opressora que humilha e isola a pessoa com deficiência. A discussão sobre o tema abre um leque de questionamentos e mostra-se como ponte para as mais variadas reflexões e, não apenas para a formulação de conceitos. Assim, Stubbs (2008, p.9), aponta que “deficiência é uma área onde a linguagem é sujeito de debate e alterações”. Desse modo, consideramos que as discussões e reflexões são fundamentais, haja vista que a quebra de alguns paradigmas reproduzidos para mencionar a pessoa com deficiência e compreender a deficiência é a condição mais relevante no processo de inclusão.

A deficiência em tempos remotos foi considerada como um defeito, sendo este irreparável, compreendida como uma tragédia individual, em que só era concedido à pessoa com deficiência cuidados médicos, ao passo de transferir para esse indivíduo toda a responsabilidade do seu “defeito”. Ao nascer, a pessoa com deficiência era cuidada pela família ou direcionada para institutos que se responsabilizavam apenas em abrigá-la, oferecendo-lhe atendimento assistencialista, o qual ocasionava a invisibilidade desse indivíduo na sociedade, restando-lhe o merecimento de determinada caridade, e não de cidadania.

A esse respeito, Xiberras (1993, p.7) aponta que “a exclusão fazia então parte da normalidade das sociedades, sem levantar casos de consciência moral ou política, a não ser quando suscitasse a misericórdia sob o signo da virtude da caridade”. Nesse ponto de vista, a

exclusão pode ser entendida como o exílio dos indivíduos, que acabam sendo rejeitados, desprezados e privados de participar do todo, devido as suas características físicas.

Em tempos atuais, o objetivo maior é romper com os preconceitos enraizados na sociedade, pois algumas concepções existentes sobre deficiência acabam por desvalorizar e minimizar a pessoa que faça parte desse grupo. É o que observamos na definição postulada pelo dicionário Aurélio (2002, p.205), em que o termo deficiência se refere a “imperfeição, falta, lacuna; deformação física ou insuficiência de uma função física ou mental”. Nesse sentido, aceitar e defender um conceito cristalizado, como esse apresentado no referido dicionário, que apenas julgue a pessoa com deficiência por classificações daquilo que lhe falta, não é uma forma inovadora ou esperançosa de enxergar os fatos. Todavia, se percebe que é “mais fácil” atribuir ao indivíduo com deficiência a responsabilidade de sua exclusão em detrimento de promover ações que visem assegurar o exercício de seus direitos e da cidadania.

Ver a deficiência como uma condição que limita totalmente o indivíduo no ato de realizar atividades cotidianas, põe essa pessoa no campo da invisibilidade e, conseqüentemente, suas capacidades e possibilidades de autonomia são reduzidas, fazendo com que esse sujeito não se desenvolva e acabe sendo excluído do convívio social.

É perceptível que o ponto de partida e a engrenagem para desencadear ações verdadeiramente inclusivas em favor das pessoas com deficiência e, de tantos outros que estão mais vulneráveis a invisibilidade e exclusão, sem dúvidas, foi e sempre será “o diálogo”, pois é através dele que o desconhecido torna-se conhecido e, só assim, o momento da escuta acontece, possibilitando a fala daqueles que durante muito tempo permaneceram silenciados. A partir da escuta é que se manifesta o entendimento, as inquietudes e as propostas para as mudanças necessárias acontecerem. Assim como afirma Paulo Freire, sobre a importância do diálogo para a mobilização do refletir e do agir na busca de transformação e humanização do mundo:

[...] o diálogo é uma exigência existencial. E, se ele é o encontro em que se solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de ideias a serem consumidas pelos permutantes. (FREIRE, 2011, p.109)

Todas as discussões sobre o tema seja atual ou de outrora, revela-se como uma busca, como tentativas de alcançar uma sociedade mais justa, assim como afirma Paulo Freire sobre

o diálogo, sendo esse, um convite à mobilização do refletir e do agir, priorizando ações em prol de um bem comum.

Mediante a falta de informações e de diálogo, a grande maioria das pessoas ainda se apega a definir a deficiência a opiniões impregnadas de violência e discriminação, dando ênfase apenas ao “defeito” da pessoa com deficiência, sendo ela, rotulada muitas vezes como: aleijados, retardados, doentes, incapazes etc.

A discriminação acaba rompendo com a democracia, posto que ambientes em que indivíduos insistam em apresentar formas discriminatórias para com outros por causas de suas diferenças, infelizmente, nesses contextos não há espaço para o respeito, não há possibilidades de garantir direitos, não existe o diálogo. Sobre essa questão, Freire (2011, p.37) argumenta que “faz parte igualmente do pensar certo, a rejeição mais decidida a qualquer forma de discriminação. A prática preconceituosa de raça, de classe, de gênero ofende a substantividade do ser humano e nega radicalmente a democracia”.

A prática preconceituosa, a discriminação e a rejeição da deficiência ocasiona a desvalorização das características particulares da pessoa com deficiência, nega a diversidade, a diferença e a própria identidade dela, rouba a oportunidade de aparição de suas capacidades e qualidades existentes.

O prejulgamento dotado de preconceitos a respeito daquela classificação não prevista (deficiência) deixa o indivíduo prejulgado, totalmente desprevenido para se sobressair no convívio social. A pessoa com deficiência não encontra espaço nem acolhimento para que possa conviver socialmente. Não lhe é dado ou permitido chances de inclusão, com isso, o que ocorre é o seu afastamento das relações sociais cotidianas.

Assim como retrata Goffman (2004) sobre o que é estigma:

Um indivíduo que poderia ter sido facilmente recebido na relação social cotidiana possui um traço que pode-se impor a atenção afastar aqueles que ele encontra, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus. Ele possui um estigma, uma característica diferente do que havíamos previsto. (GOFFMAN, 2004, p.7-8)

O ritmo da sociedade capitalista é acelerar, produzir e reproduzir um modelo de indivíduo específico para atender a suas necessidades comerciais. Logo, o sujeito com deficiência que cresce em um ambiente hostil ou desfavorável a seu modo de vida, a sua condição física, tende a se auto rejeitar. Dessa forma, o olhar do outro sobre seu corpo, aquilo

que o outro pensa a seu respeito, passa a ser muito importante, bem mais relevantes do que realmente devia ser.

A deficiência não pode ser motivo de segregação e discriminação, todos os indivíduos da sociedade, pela sua própria condição humana devem combater qualquer ato de discriminação e preconceito presenciado, pois, nenhuma pessoa merece ser humilhada, minimizada ou excluída. Ferreira (2009) esclarece que práticas discriminatórias são bastante comuns no cotidiano de jovens e crianças deficientes, porém, atitudes como essas, devem ser eliminadas do cotidiano e, sobretudo, do ambiente educacional.

No cotidiano de pessoas com deficiência, a vivência de situações ou comportamentos discriminatórios caracteriza-se como um evento comum. [...] Exatamente por isso é urgente dirigir nossos olhares para as experiências de discriminação vividas por crianças e jovens com deficiência no sistema educacional, visando eliminar tais práticas e, no mínimo fomentar a reflexão sobre formas de combatê-las. (FERREIRA, 2009, p.25)

Visando sanar essas práticas e comportamentos discriminatórios entre crianças e jovens é importante conduzir esses cidadãos a eliminar tais condutas partindo da reflexão acerca do respeito às diferenças. Essa atitude é primordial para assegurar as políticas públicas já existentes e reivindicar ações governamentais para garantir e oportunizar os direitos a esses grupos de pessoas.

[...] a defesa dos direitos das crianças, assim como as medidas de proteção a elas, aos jovens e adultos com deficiência, devem constituir meta governamental e estar no centro da agenda das políticas públicas (federal, estadual e municipal), dos projetos pedagógicos e das missões de organizações do terceiro setor. (FERREIRA, 2009, p.32)

Os estudos sobre a inclusão educacional são realizados com bastante frequência em todo o mundo, essas reflexões tentam a todo o momento, denunciar a estrutura social excludente e colaborar para a elaboração e valorização de ações inclusivas e de respeito, pois a sociedade como um todo, se revela pouco sensível, ao modo de viver desses grupos de pessoas. O entendimento sobre o que é deficiência, dotado de valorização e respeito, sem dúvidas, busca promover ações de direito e oportunidades de fato igualitárias as pessoas com deficiência, não somente de modo assistencialista, mas, garantindo a sua participação ativa no âmbito social.

A compreensão, portanto, aplicada a deficiência que supervaloriza “a falta”, não pode ser aceita, sobretudo, nas instituições de ensino, pois há opiniões que classificam a deficiência como uma incapacidade, rotulando os indivíduos que tenham alguma deficiência de forma pejorativa, desacreditando dos seus potenciais e suas capacidades de desenvolvimento e aprendizagem.

2.2 EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA: O QUE DIZEM AS DIRETRIZES

As Diretrizes Curriculares Educacionais postulam que as instituições educacionais de hoje, na perspectiva da educação inclusiva, devem ser um instrumento de formação, de motivação que gerem oportunidades igualitárias e, não apenas garantam os direitos de incluir/inserir todos os alunos. A educação inclusiva deve ser vista com responsabilidade, desenvolvendo propostas que conduzam ações concretas, sendo necessário e primordial que o ensino se volte para o aluno e suas necessidades.

Para tanto, o ambiente escolar precisa atender ao modo de vida da criança com deficiência, sendo acessível e inclusivo, favorecendo o seu desenvolvimento social. A Declaração de Salamanca (1994) proclama que “aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades”.

A Lei 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases) revela também que “os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades”. Então, tanto a LDB como a Declaração de Salamanca nos permite compreender que garantir verdadeiramente às pessoas com uma deficiência à educação de qualidade no ensino regular é a mais valiosa forma de inclusão.

O ato de incluir de forma que preserve e valorize sempre o respeito às diversidades promove a integração e a conexão dos indivíduos. Desse modo, a pessoa com deficiência se sente pertencente a outros grupos, eliminando possíveis segregações. Stainback e Stainback (1999, p.142) afirmam que “para que ocorra uma aprendizagem autêntica, cada aluno deve adquirir a sensação de pertencer ao grupo, uma sensação de conexão. Cada um deles deve sentir-se bem-vindo e valorizado”.

A escola sempre foi considerada o check-in das crianças na sociedade, é crucial que seus profissionais possam está aptos e preparados para realizar as ações inclusivas esperadas, pois ao adentrar a escola, muitas crianças com deficiências, se depararam com o outro, “com o diferente”, com desafios nunca enfrentados, por isso, precisam ser acolhidas e instruídas adequadamente, não por possuir deficiências, mas por terem direitos de aprendizagens como qualquer outra criança.

O refletir, sobretudo, das práticas pedagógicas deve ser o alicerce das formações nos cursos de licenciaturas, objetivando provocar e estimular os futuros educadores por essas reflexões em pesquisar, criar e utilizar – se assim for cabível – novos recursos e estratégias metodológicas diversificadas, em prol de melhorar das condições de aprendizagem para todos os alunos.

Sobre o papel do professor nesse processo, Baisaillon afirma que:

O professor continua sendo um ator de primeiro plano em todo o processo de mudança da educação [...] No contexto da escola contemporânea, ensinar é antes de tudo um ato de criação, de reflexão e de disciplina. É também um ato de mediação e de iniciação que possibilita o acesso ao saber e á construção da inteligência. (BAISAILLON apud SANTOS, 2017, p. 23).

A participação do professor no processo de aprendizagem é indispensável, tendo em vista que a mediação possibilita a criação e a construção do saber. Sem dúvidas, a inclusão dos alunos com deficiência no ensino regular das escolas brasileiras tem se mostrado um grande desafio, pois a inclusão não se basta apenas em dar a chance de matrícula da tal criança na rede de ensino. Contudo, essa inclusão se concretiza na ação de garantir a permanência desse aluno, ou seja, lhe dando condições do acesso ao ensino de qualidade para que ele possa alcançar o pleno desenvolvimento de suas competências ao longo de sua jornada escolar, instruindo-se para viver em sociedade com autonomia.

É perceptível que a educação inclusiva não é algo já pronto e estabelecido, mas vem se desenvolvendo através das estratégias metodológicas e ações voltadas para o ensino, com o objetivo de garantir os direitos educacionais aos indivíduos que são excluídos. Logo, considera-se que a educação inclusiva tem a responsabilidade de integrar o aluno excluído e possibilitar meios para promover a ascensão das suas qualidades, que foram camufladas e desprezadas pelo preconceito ao longo do tempo.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), no Art. 26º garante que “toda pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos no ensino elementar

fundamental. O ensino elementar é obrigatório”, porém, na prática o que se constata é a exclusão do contexto escolar de milhares de crianças com deficiência. Na maioria dos casos quando a escola recebe um aluno com deficiência, se verifica o descompromisso com a criança, a falta de mobilização para promover meios para que ela possa verdadeiramente ser incluída, ocasionando assim, o rompimento com tal inclusão, deliberando novamente a exclusão desse indivíduo.

As escolas brasileiras precisam se reorganizar para atender a proposta da educação inclusiva, em vista disso, o Estatuto da Pessoa com Deficiência (2015) em seu Art. 28 declara que é necessário o “aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena” dos alunos com algum tipo de deficiência. A LDB também assegura e alega ser indispensável que:

Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos para atender às necessidades; terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências[...]. (BRASIL, 2017, p. 40)

Para vivenciar a educação inclusiva é necessário que haja a colaboração de todos, comunidade, escola, pais, alunos, professores e, sobretudo, das instituições governamentais, como está claramente descrito no Estatuto da Pessoa com Deficiência em seu art. 27º: “é dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação”.

Para tanto, as instituições de ensino juntamente com a comunidade precisam estar atentos na elaboração do seu Projeto Político Pedagógico, uma vez que possa atender as necessidades dos educandos, através de métodos, técnicas e recursos educativos, envolvendo às diversidades da sala de aula. Para que a aprendizagem aconteça de forma significativa para os alunos, inclusive, os com alguma deficiência, a equipe escolar precisa dedicar-se para alcançar com esforços coletivos, o desenvolvimento de talentos, de habilidades físicas, intelectuais e sociais dessas crianças e jovens.

A proposta da educação inclusiva é inovadora para o contexto educacional, porém, o medo do fracasso que envolve a equipe escolar acaba gerando o argumento de que a escola não será capaz de atender a esses alunos com deficiência, mediante a falta de recurso, de acessibilidade e falta de qualificação dos professores etc. É necessário determinação e querer fazer acontecer, do contrário a inclusão nunca será alcançada, viveremos reproduzindo a

segregação, a discriminação e a exclusão, não só apenas nas instituições de ensino, mas em toda a sociedade.

Para que não ocorra à desvalorização do processo de inclusão educacional é preciso apostar tanto na formação inicial dos professores como na qualificação dos educadores que estejam exercendo a profissão, para que eles se sintam preparados, capacitados e motivados a encerrar a proposta da educação inclusiva que engloba as diversidades em sala de aula.

O professor, portanto, como ator principal da educação inclusiva, precisa acreditar na proposta da inclusão dos alunos com deficiência no ensino regular. A credibilidade dada à defesa dessa iniciativa deverá surgir a partir de uma boa formação nas instituições de ensino superior. A importância de uma formação de qualidade está na preparação do professor para melhor compreender a dinamicidade do contexto educacional, inclusive, no que se refere à deficiência, encorajando e despertando no docente em formação o desejo de ser um pesquisador constante, o que torna esse profissional diferenciado, pois a relação entre a teoria e a prática servirá como suporte no seu fazer pedagógico.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nessa parte, apresentamos toda a base metodológica utilizada para o desenvolvimento da presente pesquisa.

Segundo Descartes (2003) “entendo por método, regras certas e fáceis, graças às quais o que as observa exatamente não tomará nunca o falso por verdadeiro e chegará, sem gastar esforço inutilmente, ao conhecimento verdadeiro de tudo aquilo que seja capaz.” Na visão de Gil (2002) “simplificadamente, pesquisa pode ser definida como procedimento racional, estruturado e sistêmico para investigar problemas científicos e tecnológicos determinados e objetivos”.

2.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa realizada nesse trabalho é de cunho quanti-qualitativo, tendo em vista que a princípio foi levado em consideração à porcentagem (quantidade) dos dados coletados através da aplicação de um questionário com docentes em formação (5º período) do curso de Pedagogia (noturno). O objetivo é analisar qual a concepção de deficiência que os docentes em formação têm mediante a proposta da educação inclusiva. Após a seleção dos questionários, realizamos a análise das respostas dos futuros educadores, desse modo, a descrição e interpretação tomaram destaque em nosso estudo, posto que nossa intenção essencial é interpretar, analisar e compreender as respostas dos participantes perante as questões respondidas, o que caracteriza a pesquisa como qualitativa. Assim, a pesquisa qualitativa pressupõe “[...] um ambiente natural como uma fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento” Ludke; Andre (2013, p.12). Diante disso, a realidade social passa a ser a fonte principal de coleta dos dados e o pesquisador é considerado como seu principal instrumento. Sendo assim, esse estudo pode ser considerado quanti-qualitativo.

É importante que o professor tenha sempre entusiasmo em pesquisar, é necessário que ele sempre tenha vontade em ser um pesquisador, a pesquisa deverá ser compreendida como instrumento de motivação para o ensino, “não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. [...]” (FREIRE, 2011, p.30-31)

2.2 INSTRUMENTO DA PESQUISA

O instrumento da pesquisa é o questionário, pois “permite que as pessoas o respondam no momento em que julgarem mais conveniente; e não expõe os pesquisados a influência das opiniões e do aspecto pessoal do entrevistado” (GIL, 2007, p. 129). Assim, através das perguntas previamente elaboradas, conseguimos obter as informações necessárias para o desenvolvimento do trabalho, mediante as respostas dos participantes. A nossa opção pelo questionário é devido a sua rapidez na obtenção dos dados, como também pelo perfil dos participantes.

2.3 CENÁRIO E PARTICIPANTES DA PESQUISA

No total, calculam-se dezoito sujeitos participantes da referida pesquisa, futuros profissionais da educação. São docentes em formação inicial (5º período), matriculados no curso de Licenciatura em Pedagogia (noturno), na Universidade Estadual da Paraíba–UEPB.

2.4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Visando cumprir os objetivos propostos nesse estudo, foi usado para interpretação dos dados, o método da análise descritiva, que tem como objetivo descrever, analisar e compreender os dados que foram extraídos através das respostas dos questionários utilizados nessa pesquisa. A partir da análise dessas respostas, será possível categorizar informações que subsidiarão a construção de explicações sobre a concepção de deficiência.

O instrumento de pesquisa foi o questionário como já mencionado anteriormente. Em linhas gerais, os tópicos principais abordados no questionário foram: a compreensão que a pessoa tem sobre deficiência; se o participante já estudou junto de pessoas com deficiência; o que ele entende por educação inclusiva; qual a sua opinião sobre a inclusão de alunos com deficiência no ensino regular; qual a importância da disciplina de educação especial na formação do ensino superior; e pra finalizar, quais os motivos pelos quais a maioria das crianças com deficiência está fora da escola.

Após o recebimento dos questionários preenchidos, os resultados foram colocados em uma planilha para cálculo dos percentuais de respostas. Os resultados são apresentados separados por amostra, posto que no primeiro momento são analisados isoladamente e,

posteriormente, as amostras são confrontadas para avaliar as divergências e convergências de opiniões.

3 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

3.1 CONTATO PROFISSIONAL COM PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

No primeiro momento um dos nossos requisitos consiste em identificarmos quantos alunos trabalham junto de pessoas com deficiência. O gráfico a seguir mostra os seguintes resultados:

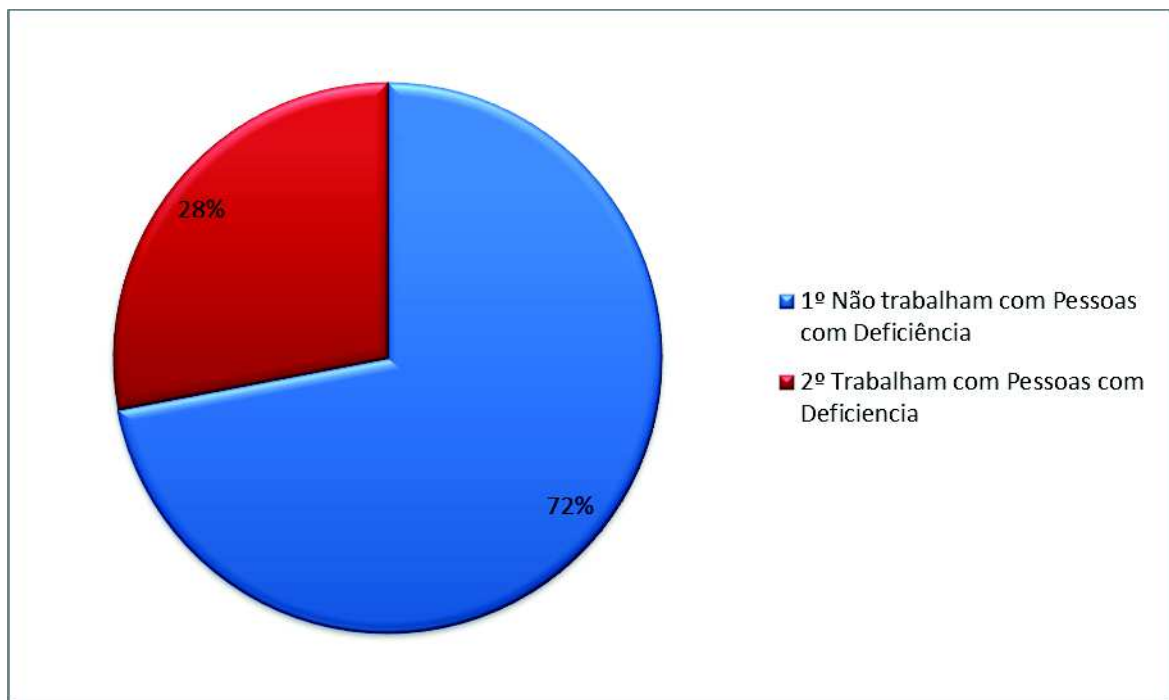


Figura 1: Dados da pesquisa relacionados ao contato profissional com pessoas com deficiência.

Os dados apontam que 28% dos alunos participantes (representados pela cor vermelha) trabalham junto de pessoas com deficiência e 72% (representados pela cor azul) são os participantes que não trabalham com pessoas com deficiência. A partir dos dados, verificamos que a exclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho ainda se sobressai aos dados de inclusão. Diante disso, percebemos que a maioria das pessoas com deficiência é excluída das instituições sociais e, conseqüentemente, não consegue vincular-se ao trabalho remunerado, possivelmente por causas diversas, tais como: o preconceito, a falta de experiência ocasionada pela falta de oportunidades, a falta de escolarização etc. Essas causas são relacionadas à discriminação e ao entendimento de deficiência como incapacidade, dificultando o ingresso desse grupo no mercado de trabalho. Assim, Passerino; Pereira apontam que:

Aparentemente tal situação representa um dos problemas para a inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho, embora nem sempre tenha sido exigida qualificação profissional para o acesso aos espaços laborais. Houve uma mudança de tendência que pode ser observada, pois, se no passado a experiência era o principal fator através do qual se obtinha a ascensão profissional, nos dias atuais é necessário aliar formação e experiência. (PASSERINO; PEREIRA, 2014, s/p)

Nesse sentido, analisamos que dos 28% dos participantes que trabalham com pessoas com deficiência, mais da metade, tem seus vínculos de trabalho voltados para o ambiente escolar, o qual demonstra avanços, pois as instituições de ensino estão oportunizando a entrada desse grupo de pessoas que apresentam algum tipo de deficiência e que desejam participar com autonomia das atividades sociais. Em vista de disso, notamos mudanças, frente a essa realidade excludente.

3.2 A COMPREENSÃO DA DEFICIÊNCIA

De acordo com Maciel (2000), o educador precisa refletir sobre o que é deficiência, pois [...] “é necessário que o professor da sala regular e os especialistas de educação das escolas tenham conhecimento sobre o que é deficiência, [...] que deve ser proveniente de sua formação acadêmica” (MACIEL, 2000, s/p), isto é, deve ser, necessariamente, fomentada durante sua formação.

Logo, uma formação comprometida com a diversidade da sala de aula rompe com a reprodução da segregação e exclusão do educando com deficiência, haja vista que a linguagem, como salienta Stubbs (2008), se revela como ferramenta eficaz para debater e (re) formular convicções socialmente estabelecidas. Isso significa dizer que a postura do educador, como formador de opinião, diante de situações preconceituosas no cotidiano em sala de aula deve se desprender e quebrar esses conceitos inferiorizantes enraizados nos discursos dos educandos, como também dos seus colegas de profissão.

Assim, observamos que a deficiência para os participantes 8, 9 e 12 é reduzida a uma característica que torna a pessoa com deficiência incapacitada em realizar sozinha certas atividades, sendo compreendida como uma condição ou limitação e como a incapacidade física ou mental, transferindo para a pessoa com deficiência toda a responsabilidade da sua exclusão a partir de atributos inferiorizantes.

Participante 8: *Deficiência é uma condição que, na maioria das vezes, limita o indivíduo de certas atividades*

Participante 9: *Entendo que deficiência é um estado de incapacidade física ou mental e que pode ser classificada em grau leve ou avançada.*

Participante 12: *Pessoas que nascem com ausência de alguma capacidade, seja ela física ou mental, e que precisam depender de outra para realizar certas atividades.*

Desse modo, os discursos dos participantes supracitados revelam uma definição de deficiência que minimiza e rotula o aluno com deficiência. Essa postura, possivelmente, está relacionada às concepções enraizadas no contexto sociocultural, ao passo que é reproduzida de geração em geração, sem haver a conscientização moral ou política frente a essas determinações, como postula Xiberras (1993).

Sendo assim, a inclusão escolar é um processo que se desenvolve através da credibilidade na criança com deficiência, os educadores precisam acreditar na capacidade dos seus alunos, tendo em vista que, para os educandos é muito mais propício o avanço das suas competências, de suas habilidades e capacidades em um ambiente que promovam ações motivadoras, assim como descrevem Oliver; Briant (2012, s/p) “é possível enxergar além da deficiência e reconhecer naquele aluno um sujeito capaz de aprender”.

Para os participantes 2, 5, 7 e 11 a deficiência é compreendida como uma dificuldade da pessoa em realizar tarefas do cotidiano, esse modo de compressão, acaba dando ênfase às limitações da pessoa, destacando apenas um de seus atributos, que por sua vez, as inferiorizam. Nesse sentido, é priorizado o entendimento de que é só responsabilidade dos indivíduos com deficiência as dificuldades que eles enfrentam, mas na verdade são as condições pouco favoráveis oferecidas pelo ambiente que dificultam a sua atuação e realização de tarefas no dia-a-dia.

Participante 2: *É uma pessoa que possui alguma dificuldade para fazer algo, ou seja, que nasceu sem um membro, ou por doença perdeu os movimentos.*

Participante 5: *Deficiência seria algum tipo de dificuldade que a pessoa apresenta, física ou intelectual.*

Participante 7: *Uma limitação física ou individual.*

Participante 11: *Deficiência é a dificuldade, deformidade física ou intelectual.*

Desse modo, ver a deficiência como uma condição que limita o indivíduo no ato de realizar atividades cotidianas, põe essa pessoa no campo da invisibilidade e,

consequentemente, suas capacidades e possibilidades de autonomia são reduzidas, fazendo com que esse sujeito não se desenvolva e acabe sendo excluído do convívio social. Desse modo, é necessário identificar e refletir no processo de formação docente, que as limitações e dificuldades que surgem para as pessoas com deficiência não são consequências apenas das suas características, uma vez que outros fatores, como o descumprimento da legislação, a falta de verbas governamentais ou a visão social preconceituosa, entre outros, desfavorecem o processo de inclusão das pessoas com deficiência e a sua ascensão no meio social como um todo.

A deficiência é uma característica, uma marca de identidade do indivíduo, o modo como se compreende isso irá contribuir para a sua interação social entre os sujeitos, seja valorizando e incluindo, seja negando e excluindo. Em vista disso, para os participantes 13, 15 e 16 a deficiência é concebida como “a falta de algo”, até mesmo como “defeito”, em que há a supervalorização da ausência de algo. Logo, essa definição está em consonância com a definição apresentada pelo dicionário Aurélio (2002), cristalizada como a falta ou uma lacuna; deformação física ou insuficiência de uma função física ou mental.

Participante 13: Deficiência é a falta de um determinado componente do corpo humano, seja um membro, um movimento e/ou habilidade psicológica.

Participante 15: Pessoa com algum tipo de lesão, limitação.

Participante 16: É a ausência de algum órgão ou função do organismo, seja ela intelectual ou física.

Nesse sentido, aceitar e defender um conceito cristalizado, como esse apresentado no referido dicionário, que apenas julgue a pessoa deficiente por classificações daquilo que lhe falta, não é uma forma inovadora ou esperançosa de enxergar os fatos. Todavia, é importante o comprometimento do educador em promover ações que visem assegurar o exercício de direitos e da cidadania do aluno que tenha algum tipo de deficiência.

Por fim, se verifica a compreensão da deficiência por parte dos participantes 3 e 10 de forma mais consciente e motivadora. Essa visão se apresenta como fonte esperançosa para as transformações necessárias no contexto escolar, pois acreditamos que as mudanças democráticas e inclusivas possam e devam surgir da cooperação entre as instituições sócias.

Participante 3: A deficiência está mais no seu modo de ver o outro.

Participante 10: *A ausência ou a presença de algo que dificulta o pleno desenvolvimento do indivíduo.*

A definição de deficiência apresentada acima revela reflexões pertinentes na perspectiva do respeito às diferenças, pois identifica as causas que limitam o acesso ao desenvolvimento das competências e habilidades por um grupo de pessoas, se distanciando do entendimento que se apegava a rotular e mencionar a deficiência por consequência das características físicas e/ou psicológicas. Logo, a deficiência está diretamente relacionada às interações entre os indivíduos.

3.3 A INTERAÇÃO SOCIAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO REGULAR

A maioria dos participantes, totalizando doze, afirmaram não ter estudado junto de pessoas com deficiência no ensino regular. Nesta perspectiva, nota-se a ausência de crianças com deficiência no ensino regular ao longo dos anos e de que, apesar das formulações das leis de inclusão. Essas alegações demonstram que os participantes dessa pesquisa pouco se sensibilizam com tal realidade. Sobre isso, Oliver; Briant (2012, s/p), salientam que “a inclusão escolar de crianças com deficiência ainda é um processo em construção e os agentes da comunidade escolar têm pouca participação para construir uma lógica, que acolha as diferenças”.

Dos doze, apenas um participante registrou o interesse em ter a oportunidade de estudar junto de uma pessoa com deficiência.

Os participantes que tiveram contato entre pessoas com deficiência no ensino regular registraram que:

Participante 1: *Estudei com um colega que possuía algum tipo de deficiência mental.*

Participante 3: *Minha amiga Fabíola (nome fictício). A conheci no 1º ano do Ensino Médio, concluímos juntas até. Ela teve paralisia cerebral ao nascer, esta afetou a sua parte motora, dificultando o seu falar, escrever e andar.*

Participante 5: *Na alfabetização, uma de minhas colegas de sala tinha uma deficiência na perna, mas não tinha bem ideia que fosse deficiência naquele tempo.*

Participante 6: *Quando criança no ensino fundamental com uma colega surda. No ensino médio com deficiência nos membros.*

3.4 A COMPREENSÃO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Os participantes 2, 3, 5 e 15 se apropriam da perspectiva de educação inclusiva como o ato de inserir e unir, de garantir o direito da presença da pessoa com deficiência nas salas de aulas regulares.

Participante 2: É uma educação que une pessoas com alguma deficiência a pessoa que não possui.

Participante 3: De inserir o deficiente no meio social.

Participante 5: A priori, seria incluir, dentro do ensino normal, pessoas com necessidades.

Participante 15: Onde é possível a inserção de todas as pessoas, independente de suas deficiências, limitações, escolhas.

O fato de apenas inserir o aluno com deficiência no ensino regular não define a proposta da educação inclusiva, tendo em vista que, o aluno pode está presente em sala de aula, porém se não for dada a oportunidade desse educando desenvolver suas competências para a plena participação na sociedade, este continuará excluído e a margem de tudo o que acontece a sua volta.

Existe sim, a necessidade de inclusão sem distinções, sem diferenciar os indivíduos, contudo, se faz necessário atentar para as diferenças existentes em sala de aula, não para ser motivo de segregação, mas para promover um planejamento que atenda as peculiaridades da sala de aula, de modo a possibilitar uma aprendizagem de qualidade tanto para o aluno dito “normal” como para aquele com deficiência. Assim, os participantes 1 e 14 acreditam nessa proposta da educação inclusiva ao afirmarem que:

Participante 1: Educação inclusiva é quando uma pessoa tem alguma deficiência e é incluída nos estudos regulares igualmente aquela pessoa que não possui, sem haver distinções.

Participante 14: Educação inclusiva para mim é oportunizar a um grupo que esta fora da sala de aula regular, a vivenciar e adquirir conhecimentos e socializar-se com outros alunos, ou seja, dar oportunidade a pessoa com determinadas deficiências a enfrentar barreiras.

A educação inclusiva objetiva valorizar as capacidades individuais dos sujeitos, visando sua integração no meio social. Dessa forma, a partir dessa compreensão, a proposta da inclusão escolar de alunos com deficiência ganha sentido, valorizando o educando com deficiência através do respeito às diferenças e a diversidade.

[...] a escola que se define como diversa e inclusiva, em especial, de pessoas com deficiência, é aquela que abraça a diferenças, procura favorecer condições de aprendizagens a todos, não importando sexo, cor, nível social e econômico, grau de aprendizagens e, sobretudo, deficiências, seja ela de que ordem for. É uma escola que respeita a diversidade como chave para um processo de inclusão plena e concreta. (BORGES; OLIVEIRA; PEREIRA, 2013, s/p).

Nesta perspectiva, o foco é buscar meios para o desenvolvimento das competências individuais, motivando o indivíduo, para que ele possa acreditar em si mesmo e nos seus potenciais. Da mesma maneira, os participantes 9 e 17 declaram que:

Participante 9: Em minha concepção a educação inclusiva deve ser um meio no qual a pessoa com deficiência possa ir além do seu estado físico| mental, deve servir como forma de entender cada indivíduo com um ser próprio capaz de desvendar o meio no qual esta inserido.

Participante 17: É uma oportunidade para pessoas com determinada limitação, descobrir e desenvolver seu potencial.

A educação inclusiva também é entendida como um processo de adaptação tanto para aluno como para a instituição escolar. Os participantes a seguir definem educação inclusiva da seguinte forma:

Participante 7: Adaptação.

Participante 16: É um processo que busca ampliar a participação de todos, ou seja, a escola possa atender a diversidade total das necessidades dos alunos.

Participante 18: É um processo que busca aumentar a participação de todas as crianças/alunos no ambiente escolar.

Participante 8: Educação inclusiva pretende englobar todos em uma só forma de aprender, mesmo aqueles com as suas limitações, tentando propiciar que eles também possuem a oportunidade de vivenciar rotinas normais, mesmo com dificuldades, estimulando-as a enfrentar e vencer.

É importante salientar que a escola não é uma instituição inclusiva, ela se torna inclusiva no momento em que há a colaboração de todos, com a missão de ajudar o aluno com deficiência a se sentir parte do grupo. O ensino se torna inclusivo quando se propõe em refletir as metodologias possíveis, as estratégias de ensino adequadas e, quando há a utilização de recursos em prol da aprendizagem e de novos métodos avaliativos que se adequem a realidade do aluno. Assim, a “inclusão é uma possibilidade que se abre para o aperfeiçoamento da educação escolar e para o benefício de todos os alunos com e sem deficiência, contudo, depende de uma disponibilidade interna para enfrentar as inovações [...]”. (FUMEGALLI, 2012, s/p)

Os participantes 10, 11 e 13 acreditam que a educação inclusiva é uma forma de incluir os indivíduos com deficiência no ensino regular, porém, consideram que essa proposta é insuficiente e ineficaz ao considerarem que a escola não tem suporte para atender as peculiaridades desses sujeitos com deficiência:

Participante 10: O ato de incluir o aluno com deficiência em salas de aulas regulares, para que o aluno se sinta igual aos demais. Porém não concordo com esse propósito devido a falta de estrutura das escolas para receber esse público.

Participante 11: Educação inclusiva é a inclusão de alunos com deficiência em salas regulares, mas não é assim que acontece na maioria das escolas.

Participante 13: Educação inclusiva é uma meta do ensino brasileiro. Dificilmente será conquistada, porque a cultura brasileira exclui e maltrata os indivíduos que não são “normais” segundo os padrões estabelecidos/ditados pela sociedade.

Nessa perspectiva, para incluir de fato o aluno com deficiência no ensino regular é necessário à adaptação da escola, seja em sua estrutura, permitindo mais acessibilidade aos alunos, seja na reorganização dos currículos, métodos de ensino e estratégias para atender as suas necessidades, entretanto, a principal marca dessa proposta está na quebra de paradigmas em relação ao preconceito para com as pessoas com deficiência, no qual irá desconstruir a ideia de incapacidade dos indivíduos.

3.5 A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO REGULAR

A maioria dos participantes apoia a inclusão dos alunos com deficiência no ensino regular e acredita nos benefícios dessa iniciativa, seja para os alunos com deficiência, seja

para o aluno “dito normal” e até mesmo para o aperfeiçoamento das competências do educador.

Através do discurso dos participantes é possível analisar que eles se sentem temerosos e angustiados em relação à proposta da educação para todos na perspectiva inclusiva, mediante o despreparo da sua formação. Sensibilizam-se para o fato de que é preciso garantir meios para vivenciar verdadeiramente esta inclusão educacional.

***Participante 2:** É que todo aluno com deficiência deve ser inserido nas escolas, pois tem direitos iguais a todos.*

***Participante 4:** Desde que preparem os profissionais da educação para receber este público, concordo! Não só as da educação, mas a instituição como um todo!*

***Participante 8:** É uma estratégia que requer bastante compromisso, envolvimento, competência, sociedade, amor e acima de tudo paciência, mas não é impossível.*

***Participante 14:** É de fundamental importância para os alunos desenvolver diversas habilidades e quebrar essa barreira do diferencial.*

***Participante 17:** Muito importante porque a criança com a convivência aprende com mais facilidade, a troca de saberes, a observação, contribui como estímulo e autoestima.*

***Participante 18:** É um importante passo para que haja a quebra de estigmas e paradigmas e possa incluir indivíduos com deficiência nos demais grupos sociais.*

Apesar das opiniões acima, há participantes que não concordam com a inclusão dos alunos com deficiência no ensino regular, apontando e argumentando sobre o insucesso dessa proposta. Seus principais argumentos são:

***Participante 9:** Vejo um déficit na inclusão da educação regular, escolas e os professores não possuem estrutura nem formação específica para incluir esses indivíduos. Por isso fazem de conta e isso acaba por excluir ao invés de incluir.*

***Participante 10:** Não concordo, pois além do despreparo dos profissionais para exercerem tal função, acredito que do contrario do aluno se sentir incluído ele irá sentir-se deixado de lado quando o professor trabalha com os outros alunos e o mesmo serve apenas de mero espectador na sala de aula.*

***Participante 11:** A inclusão não acontece, pois eles são jogados nas escolas e não são feitas as adaptações necessárias, para que eles consigam se desenvolver suas capacidades.*

***Participante 12:** No mundo real encontramos déficit nessa tentativa, visto que não há profissionais capacitados, pois os governantes não enxergam a necessidade de capacita-*

los e de ajudar a escola com profissionais suficientes. Levando assim a o não progresso do portador da deficiência e ao mesmo tempo prejudicando os demais, pois o professor se faz em vários e não consegue auxílio.

Os participantes acima alegam que na maioria dos casos ao invés da inclusão, o que ocorre é a exclusão neste processo de adaptação e, por isso acreditam ser ineficaz.

Para a educação inclusiva acontecer é relevante que os professores possam receber uma formação profissional de qualidade, para melhor atender os alunos com ou sem deficiência. Esse é um requisito importante para a reflexão das práticas educacionais, contudo, o professor precisa está motivado a buscar novos conhecimentos, com o objetivo de melhorar suas metodologias de ensino para, assim promover a aprendizagem de todos os seus alunos.

A necessidade de formação continuada é uma realidade para todos os professores e não só para aqueles que trabalham com alunos com deficiência. A proposta de Educação para Todos traz uma discussão, que envolve a melhoria da qualidade de ensino para Todos os alunos. (OLIVER; BRIANT, 2012, s/p)

3.6 A IMPORTÂNCIA DO COMPONENTE CURRICULAR EDUCAÇÃO ESPECIAL NA FORMAÇÃO INICIAL

Para os participantes envolvidos na pesquisa, o Componente Curricular Educação Especial oferecido pelo curso de Licenciatura em Pedagogia é essencial no processo de formação dos futuros educadores, pois é através da base teórica que integra esta disciplina que os docentes em formação têm a oportunidade de estudar a problemática que envolve a educação inclusiva. Asseguram, ainda que todo o conhecimento apreendido é de grande valia e servirá para o planejamento das suas aulas futuras, no momento em que se depararem com um aluno com deficiência em sua sala de aula. A esse respeito, Alciati (2011, s/p) declara que, “assim, podemos justificar a formação em nível superior como uma das medidas essenciais a serem tomadas para que ocorram mudanças educacionais efetivas”.

Os participantes da pesquisa acreditam que a disciplina é suporte norteador para os professores elaborarem metodologias eficazes para atender as crianças com deficiência de forma verdadeiramente inclusiva. De fato, o papel da formação inicial para professores é despertar a reflexão e o interesse do futuro docente em ser um pesquisador. Como afirma Nascimento (2009, s/p), “o professor precisa ser ajudado a refletir sobre a sua prática, para

que compreenda suas crenças em relação ao processo e se torne um pesquisador de sua ação, buscando aprimorar o ensino oferecido em sala de aula”.

Participante 3: É importante para o preparo do profissional.

Participante 4: Ela irá nortear os futuros professores a como receber este público em sala de aula, é muito importante, porém não é suficiente, cabe ao profissional que tenha interesse nesta área se aprofundar, infelizmente na maioria dos municípios não há cursos que capacitem os profissionais a atender este público.

Participante 5: Justamente abrir o precedente que permite ao professor adequar-se a situações de ensino e que possam realmente atender ao objetivo do aluno com deficiência de poder estar na sala e aprender conteúdos e desenvolver um círculo social saudável.

Participante 8: A sua importância está centrada na preparação e melhor capacitação do corpo docente para saber lidar com diversas situações.

Participante 9: Enquanto futuros educadores, somos provocadores desse conhecimento e iremos encontrar indivíduos com dificuldade para adquirir o mesmo. A disciplina irá nos servir de apoio durante essa trajetória.

Participante 11: A disciplina é de fundamental importância pois nos mostra uma variedade de deficiências e após conhecermos somos capazes de nos aperfeiçoar e conseguir ao menos ter um norte a respeito de como trabalhar com essas crianças.

Participante 13: Todo e qualquer conhecimento é importante na formação de um curso superior. A disciplina Educação especial não é diferente, pois ela agrega teoria ao que se pode ver apenas na prática.

Participante 18: É de grande importância, pois é com esta disciplina que nós, futuros educadores, retemos embasamento para trabalhar da melhor forma com os alunos deficientes.

3.7 A EXCLUSÃO ESCOLAR DAS CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA

Os participantes da pesquisa divulgam que a exclusão escolar se dá através da falta de credibilidade no sistema de ensino e no processo de inclusão, apontando que as instituições não estão devidamente preparadas para acolher os alunos com deficiência, revelam que este despreparo se apresenta pela má formação dos professores, acreditam que os educadores não encontram suportes para melhorar o ensino.

Participante 13: *Falta de oportunidades, acessibilidade e falta de credibilidade no ensino brasileiro.*

Participante 16: *Porque as escolas não estão preparadas para receber essas crianças, assim como os professores também não são devidamente formados para recebê-los.*

Participante 1: *Segundos relatos de amigas, mãe de alunos deficientes e também colegas de curso, o despreparo das escolas e a falta de compromisso para atender as necessidades de seus filhos, as levam a não permitir que o mesmo continue na escola, mas existem também os que pensam que eles não precisam ir para a escola.*

É importante salientarmos que os professores não podem ser bombardeados e acusados como causa do não cumprimento da lei de inclusão, muitas vezes eles são compreendidos como “aquele que sabe tudo”, porém, é necessário entender que o educador também é um aprendiz, assim como alega Nascimento; Reis (2017, s/p) “saibamos que a aprendizagem da profissão se dê como um processo contínuo e que esse transcende a experiência vivida no contexto de formação inicial”.

A falta de incentivo familiar também é registrada como sendo um fator forte para exclusão, os pais rejeitam as condições dos seus filhos e nega-lhes o direito a educação. Os participantes apontam esse fato e compreendem que o preconceito da própria família para com a criança com deficiência, dificulta a presença e a permanência dela na escola.

Participante 14: *Às vezes por falta de informação dos pais.*

Participante 7: *Por ignorância da família, insatisfação com a escola e despreparo dos profissionais.*

Participante 9: *Primeiramente pela família não aceitar a deficiência do indivíduo, como também pelo olhar preconceituoso que a sociedade impõe nesses indivíduos. A escola, a família, e a sociedade ainda não compreendem a inserção do indivíduo com deficiência como parte do meio.*

Participante 10: *Acredito que boa parte da responsabilidade esse índice de alunos com deficiência fora da escola seja da própria família, que muitas vezes se recusa a matricular os filhos e também pelo despreparo das instituições e dos profissionais para acolher e oferecer uma verdadeira educação inclusiva.*

O apoio da família se torna um diferencial na vida e na formação do aluno com deficiência que se insere no contexto escolar regular, pois possibilita sua autoestima através de situações em que ele é estimulado a autonomia e ao conhecimento de seus direitos.

De acordo com os participantes 3 e 17 a falta de informação sobre as leis que assegurem essas crianças no ensino regular são citados também como fatores relevantes para a sua exclusão.

***Participante 3:** Por falta de informações, que muitos pais nem sabe que tem os direitos.*

***Participante 17:** Pela falta de sensibilidade, às vezes, de conscientização sobre seus direitos, falta de acesso aos centros de educação, os programas de inclusão não atende como deve a demanda.*

É correto afirmar que a falta de acesso às leis que assegurem os direitos da pessoa com deficiência, faz com que a população não busque meios para melhorar a vida dos seus familiares que apresentem alguma deficiência, gerando a exclusão educacional total desses indivíduos. Para o cumprimento da lei é essencial que a família, a escola e as instituições governamentais estejam dispostas a abraçar a causa.

Outros participantes se sensibilizam e expõem que a educação inclusiva é uma proposta nova e que as escolas estão em processo de transformação, em que os professores estão sentindo dificuldade em acompanhar essas mudanças.

***Participante 4:** Porque a educação Inclusiva é uma vertente recente e que a maioria dos profissionais que já atuam na educação não tiveram o devido preparo para atender a este público, além da desinformação dos pais e também das condições precárias em que vivem a maioria das famílias destas crianças.*

***Participante 6:** Porque a escola não está preparada para recebê-las.*

***Participante 18:** Porque a escola e a sociedade em geral não estão preparadas para lidar com a diversidade e dificuldades destas pessoas.*

A proposta da educação inclusiva é um desafio para os professores, porém, esse fato não deve ser motivo de negar o direito a educação aos alunos com deficiência. O medo de encarar uma sala de aula que tenha alunos com deficiências deve ser superado, pois o educador precisa se desprender dos seus preconceitos e acreditar nas capacidades individuais dos aprendizes, uma vez que os educandos, de modo geral, e principalmente, aqueles que estão segregados da educação real (que prepara para a vida), precisam de apoio, de segurança e motivação no ambiente escolar, sobretudo no ensino regular.

O professor deve acreditar no seu aluno, seja ele deficiente ou não, precisa valorizar os seus potenciais, a sua formação por direito enquanto cidadão. A reflexão sobre sua prática

pedagógica é de fundamental importância para o desenvolvimento de ações verdadeiramente inclusivas, para tanto, é necessário que o professor seja permanentemente um pesquisador, um aprendiz em busca constante de atualizar-se para melhor atender a sua clientela, que hoje se encontra tão heterogênea, atendendo, assim, as demandas da escola.

Em suma, as instituições de ensino superior deverão assumir seus compromissos objetivando preparar e motivar os docentes em formação para que eles se sintam capazes de assumir as suas profissões enquanto mediadores da aprendizagem, tornando-se profissionais competentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os resultados apontados na pesquisa, constatamos que a deficiência é compreendida para os professores em formação inicial como algo que está relacionado às incapacidades, as dificuldades dos alunos em aprender. Nesse sentido, os educadores se sentem temerosos de encarar uma sala de aula que tenha alunos com deficiência no ensino regular, e ainda, alguns não acreditam no sucesso da Educação Inclusiva, apesar de compreenderem que é uma iniciativa inovadora, que traz muitos benefícios para os alunos de modo geral.

É perceptível que a proposta da Educação Inclusiva é um desafio para os professores, desse modo é preciso garantir que esses educadores possam receber uma formação capaz de motivá-los e prepará-los para desempenharem seus ofícios com responsabilidade e profissionalismo, buscando sempre meios através de reflexões e ações metodológicas que visem assegurar a permanência e a inclusão dos alunos com deficiência no ensino regular. Assim, incentivar o professor a se tornar um pesquisador é fundamental para que as transformações ocorram no que se refere às concepções preconceituosas, minimizantes, estigmatizantes e cristalizadas no âmbito social com relação aos sujeitos com deficiência.

Os dados também nos revelam que os participantes acreditam e são conscientes da importância do Componente Curricular Educação Especial ofertada no Curso de Pedagogia, que consolida a importância do ensino superior em manter e reforçar ainda mais o objetivo de formar professores reflexivos e pesquisadores das suas práticas, entendendo a formação como processo ao longo de sua jornada profissional.

Portanto, é primordial que os alunos com deficiência possam ser compreendidos como alunos capazes de aprender, competentes, habilidosos, corajosos e merecedores de uma educação real que o prepare para a vida, fazendo valer o que está descrito nos documentos legais, onde afirma que a educação de qualidade é um direito de todos.

REFERÊNCIAS

AURELIO, **O mini dicionário da língua portuguesa**. 4a edição revista e ampliada do mini dicionário Aurélio. 7a impressão – Rio de Janeiro, 2002;

ALCIATI, Â. C. (2011). **Alunos deficientes em escolas regulares: Inclusão ou Exclusão?** disponível em: http://bdm.unb.br/bitstream/10483/2366/1/2011_AngelaCristinaAlciati.pdf. Acesso em 04 de Novembro de 2017 às 16:40h;

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases. **Lei nº 9.394, 20 de Dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em 20 de Maio de 2017 às 16:15h;

_____, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência: **Estatuto da pessoa com deficiência**- Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2015. 64 p. Conteúdo: Lei nº 13.146/2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em 17 Julho de 2017 às 19:30h;

BORGES , Adriana Costa ; OLIVEIRA , Elaine Cristina Batista Borges, PEREIRA, Ernesto Flavio Batista Borges. (2013). **Reflexões sobre a inclusão, a diversidade, o currículo e a formação de professores**. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2013/AT01-2013/AT01-040.pdf>. Acesso em 10 de Novembro de 2017 às 19:20h;

BRIANT, M. E., & OLIVER, F. C. (2012). **Inclusão de crianças com deficiência na escola regular numa região do município de São Paulo: conhecendo estratégias e ações** Disponível em Scielo: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-65382012000100010>. Acesso em 27 de Outubro de 2017 às 15:00h;

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA E ENQUADRAMENTOS DA AÇÃO NA AREA DAS NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS: **Conferencia mundial sobre necessidades educativas e qualidade em Salamanca**, Espanha, 10 de julho de 1994. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em 20 de Maio de 2017 às 13:00h;

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. **Assembleia Geral das Nações Unidas** em 10 de Dezembro de 1948. Disponível em <http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>. Acesso em 15 de Julho de 2017 às 20:00h;

DESCARTES, Renée. - **O Discurso do Método**. Coleção Universidade, Ediouro, 2003;

DINIZ, Debora. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007;

FERREIRA, Windz. B. **Entendendo a discriminação contra estudantes com deficiência na escola**. In: (Orgs). Tornar a educação inclusiva. Brasília: UNESCO, 2009, p.22-53;

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 50 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011;

_____, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo, Paz e Terra, 2011;

FUMEGALLI, R. D. (2012). **Inclusão escolar: o desafio de uma educação para todos?** Disponível em: <http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/716/ritamonografia.pdf?sequence=1>. Acesso em 1 de Outubro de 2017 às 15:20h;

GIL, A. C. **Técnicas de pesquisa em economia**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2002;

_____, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007;

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4 ed. Traduzido por Márcia Bandeira de Melo Leite Nunes. Rio de Janeiro: LTC, [2008]. Título original: Stigma: Notes on the Management of Spoiled identity;

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo de Afonso. **Pesquisa em Educação: Abordagens qualitativas**. 2ed.Rio de Janeiro:EPU,2013;

MACIEL, M. R. (2000). **Portadores de deficiência a questão da inclusão social**. Disponível em Scielo: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392000000200008>. Acesso em 18 de Outubro de 2017 às 17:00h;

NASCIMENTO, R. P. (2009). **Preparando professores para promover a inclusão de alunos com necessidades especiais.** Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2496-8.pdf>. Acesso em 13 de Outubro de 2017 às 08:20h;

NASCIMENTO, M. d., & Reis, R. F. (20017). **Formação docente: percepções de professores ingressantes na rede municipal de ensino do Rio de Janeiro.** Disponível em Scielo: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v43n1/1517-9702-ep-43-1-0049.pdf>. Acesso em 27 de Setembro de 2017 às 15:20h;

PASSERINO, L. M., & PEREIRA, A. C. (2014). **Educação, inclusão e trabalho: um debate necessário.** Disponível em Scielo: <http://dx.doi.org/10.1590/S2175-62362014000300011>. Acesso em 26 de Outubro de 2017 às 17:30h;

SANTOS, Ionath Iamara Silva. **Educação inclusiva:Desafios, Possibilidades e Limites para a prática pedagogia,** 2017;

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão: um guia para educadores.** Trad. Magda França Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999;

STUBBS, Sue. **Educação inclusiva:** onde existem poucos recursos. Editado por Ingrid Lewis, 2008;

XIBERRAS, Martine. **As teorias da exclusão:** para uma construção do imaginário do desvio. Traduzido por Jose Gabriel Rego. Lisboa: Instituto Piaget, [1993]. Título original: Les Théories de L'Exclusion.

APÊNDICE

APÊNDICE A: QUESTIONÁRIO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA-UEPB

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

CURSO DE PEDAGOGIA

1. Dados dos Profissionais**1.2** Nome:**1.3** Você já concluiu um curso superior? sim, qual? _____ não**1.4** Você trabalha na área da educação? sim, qual função? _____ não**1.5** Você trabalha com alunos/pessoas com deficiência?**PERGUNTAS**

1 O que você entende por Deficiência?

2 Você já estudou com alunos/ colegas com deficiência? Justifique

3 O que você entende por Educação Inclusiva?

4 Qual a sua opinião sobre a inclusão de alunos com deficiência no ensino regular?

5 Qual a importância da disciplina Educação Especial na formação do Ensino Superior?

6 Sendo a educação um direito para todos, conforme a constituição. Por que você acha que a maiorias das crianças com deficiência estão fora da escola?